

(*) DELIBERAÇÃO CEE Nº 14/2001

Dispõe sobre funcionamento de cursos de educação a distância e de presença flexível no Estado de São Paulo

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no artigo 32 da Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, na Resolução CEB/CNE nº 01/2000, na Indicação CEE nº 03/2001 e na Indicação CEE nº 04/2001

Delibera:

Artigo 1º - Os alunos matriculados a partir de 20 de abril de 2001, em cursos de ensino fundamental e médio, autorizados com fundamento nas Deliberações CEE nºs 11/98 e 09/99, somente poderão receber seu certificado de conclusão após comprovarem aprovação em exame presencial realizado em instituição especificamente credenciada para esse fim.

§ 1º - Ficam mantidas todas as demais exigências constantes do projeto pedagógico da instituição autorizada a ministrar o curso.

§ 2º - O cumprimento dessas exigências e a regularidade dos atos continuam sob supervisão e fiscalização dos órgãos próprios da Secretaria de Estado da Educação.

§ 3º - A expedição do certificado de conclusão continuará sendo da instituição autorizada a ministrar o curso, a quem compete zelar pela autenticidade e arquivo dos documentos que comprovem a aprovação no exame final.

Artigo 2º - As instituições que pretenderem ser credenciadas para a realização do exame indicado no Artigo anterior deverão apresentar, para apreciação e decisão deste Conselho, solicitação com as seguintes informações e documentação:

a) demonstração de reconhecida experiência na realização de exames dessa natureza ou assemelhados;

b) capacidade de atendimento;

c) procedimentos de segurança que garantam a inviolabilidade das provas;

d) qualificação técnica de equipe institucional permanente, com demonstração de experiência em avaliação de aprendizagem;

e) condições técnico-operacionais de infra-estrutura para este tipo de trabalho;

f) projeto para oferta e execução dos exames com respectivo cronograma.

Artigo 3º - Considera-se desde já válido o resultado do Exame Nacional do Ensino Médio para os fins indicados no artigo anterior, no que diz respeito àquele nível de ensino.

§ 1º - Considerar-se-á aprovado o aluno que obtiver desempenho igual ou superior a 50% em cada uma das partes – redação e parte objetiva.

§ 2º - O Boletim Individual de Resultados, servirá como documento para fins de comprovação do exame previsto no artigo 1º desta Deliberação.

(*) Homologada pela Resolução SE de 6.6.2001.

Artigo 4º - Os cursos de educação profissional de nível técnico autorizados com base na Deliberação CEE nº 11/98 poderão continuar funcionando de acordo com suas propostas aprovadas por este Conselho.

Parágrafo único - Ficam mantidas todas as exigências previstas na Indicação CEE nº 8/2000.

Artigo 5º - As instituições que mantêm cursos de educação profissional de nível técnico, autorizados com base na Deliberação CEE nº 9/99, caso pretendam manter suas atividades, deverão adequar seus projetos às seguintes alternativas:

a) solicitar junto à Diretoria de Ensino conversão para cursos presenciais, fundamentados na Deliberação CEE nº 01/99 e Indicação CEE nº 08/2000;

b) solicitar junto ao CEE autorização de Ensino a distância, com base na Deliberação CEE nº 11/98.

§ 1º - Os alunos regularmente matriculados até a data da publicação desta Deliberação poderão concluir seus estudos no prazo máximo de 180 dias, no mesmo regime em que os iniciaram.

§ 2º - As matrículas novas estão suspensas até que haja autorização expressa numa das formas indicadas nas alíneas a) e b) do caput.

Artigo 6º - Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação, após devidamente homologada.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a presente Deliberação.

O Conselheiro Bahij Amin Aur votou favoravelmente com restrições na Indicação CEE 04/01 e na presente Deliberação, nos termos de sua Declaração de Voto.

Sala "Carlos Pasquale", em 30 de maio de 2001.

Consº *Arthur Fonseca Filho* - Presidente

ANEXO

INDICAÇÃO CEE Nº 4/2001 CP Aprovada em 30.5.2001

ASSUNTO: *Dispõe sobre funcionamento de cursos de educação a distância e de presença flexível no Estado de São Paulo*

INTERESSADO: Conselho Estadual de Educação

RELATORES: Consº Arthur Fonseca Filho

Consº Luiz Eduardo Cerqueira Magalhães

Consª Sonia Teresinha de Souza Penin

Consª Bernardete Angelina Gatti

Consª Sonia Aparecida Romeu Alcici

Consº Dárcio José Novo

PROCESSO CEE Nº 178/2001 – Reautuado em 9-5-2001

CONSELHO PLENO

1. RELATÓRIO

Em 5 de julho de 2000, foi aprovada pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação a Resolução CNE/CEB nº 01/2000, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

O Artigo 1º daquela norma estabelece expressamente que as diretrizes deverão ser "obrigatoriamente" observadas na oferta e estrutura dos componentes curriculares nos diversos sistemas de ensino, à luz do caráter próprio desta modalidade de educação (grifos nossos). Fica portanto claro que a Resolução alcança todos os sistemas de ensino e tem caráter mandatório.

O anexo projeto de Deliberação pretende disciplinar alguns aspectos das diretrizes que ainda não foram contemplados nos documentos anteriormente emitidos por este Colegiado. Esta Deliberação vem complementar o que foi anunciado pela Indicação CEE nº 03/2001, publicada no DOE de 20/4/2001.

Cabe ressaltar que as Deliberações CEE nºs 11/98 e 09/99 que tratam respectivamente dos cursos autorizados na modalidade "ensino a distância" e os de "atendimento individualizado e presença flexível" foram aprovadas antes da Resolução CNE/CEB nº 01/2000, razão pela qual precisam ser revistas à luz desta norma federal.

O Artigo 10 da Resolução CNE/CEB nº 01/2000 tem a seguinte redação:

"Artigo 10 – No caso de cursos semi-presenciais e a distância, os alunos só poderão ser avaliados para fins de certificados de conclusão, em exames supletivos presenciais oferecidos por instituições especificamente autorizadas, credenciadas e avaliadas pelo poder público, dentro das competências dos respectivos sistemas, conforme a norma própria sobre o assunto e sob o princípio do regime de colaboração".

É exatamente isto o que prescreve o caput do Artigo 1º do Projeto de Deliberação anexo.

O Artigo 2º indica exigências mínimas necessárias para solicitação das instituições que pretenderem ser credenciadas pelo CEE para realização do exame ora instituído. É preciso ficar claro que essas instituições deverão fazer esses exames com a maior transparência possível, dentro de princípios técnicos reconhecidos e que atendam indistintamente os candidatos interessados.

Quanto às instituições de atendimento individualizado e presença flexível mantidas pelo poder público estadual, os seus cursos devem sempre culminar num exame final que será credenciado mediante proposta a ser formulada pela Secretaria de Estado de Educação.

O Artigo 3º dispõe sobre a validade do Exame Nacional do Ensino Médio para fins da exigência indicada no Artigo 1º.

Os Artigos 4º e 5º disciplinam a situação dos cursos de educação profissional autorizados a funcionar, respectivamente, na modalidade a distância e na flexível, sendo esta última forma substituída por cursos presenciais ou a distância.

No que diz respeito à Educação a Distância, em regime de cooperação, este Conselho e a Secretaria de Estado da Educação aprofundarão o processo de acompanhamento das instituições credenciadas, de forma a permitir a emissão de juízo quando da avaliação prevista na Deliberação CEE nº 11/98.

2. CONCLUSÃO

Submetemos ao Conselho Pleno o anexo Projeto de Deliberação.
São Paulo, 9 de maio de 2001.

- a) Cons^o *Arthur Fonseca Filho* - Relator
- a) Cons^o *Luiz Eduardo Cerqueira Magalhães* - Relator
- a) Cons^a *Sonia Teresinha de Sousa Penin* - Relatora
- a) Cons^a *Bernardete Angelina Gatti* - Relatora
- a) Cons^a *Sonia Aparecida Romeu Alcici* - Relatora
- a) Cons^o *Dárcio José Novo* - Relator

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a presente Indicação.

Sala "Carlos Pasquale", em 30 de maio de 2001.

Cons^o *Arthur Fonseca Filho* - Presidente

DECLARAÇÃO DE VOTO

Voto favoravelmente, porém com restrição, pois não estão contempladas as situações específicas das instituições credenciadas pelo CEE para ministrarem cursos de educação a distância, nos termos da Deliberação CEE nº 11/98, e dos Centros de Educação Supletiva e das Telessalas mantidas pelas Secretarias de Educação do Estado e dos Municípios.

O Conselho realizou longa, detalhada e laboriosa análise e apreciação de projetos de educação a distância, resultando o credenciamento de pequeno número de instituições, sobre as quais não recebeu nenhuma denúncia de irregularidade, diferentemente do caso de algumas instituições que oferecem a mal aplicada modalidade de "ensino individualizado e presença flexível". Aquelas instituições de educação a distância foram credenciadas por um período de 5 anos, estando em andamento a execução dos respectivos projetos, apreciados por este Conselho, os quais incluem a avaliação final de curso e a correspondente certificação. Não há razão para fazer tabula rasa e ignorar todo o trabalho realizado pelo Conselho na apreciação de cada projeto, que deu a creditação à instituição para a avaliação e a certificação final de curso. Por outro lado, é descabido abater em pleno vôo o trabalho de instituições que vêm agindo nos termos e nos prazos que este mesmo Conselho lhes deu ao credenciá-las.

No caso dos Centros de Educação Supletiva e de Telessalas mantidas pelas Secretarias de Educação do Estado e dos Municípios, é totalmente desnecessário prescrever posterior processo específico de credenciamento para exame final de curso, não só pelo reconhecido trabalho educacional e social que realizam, como porque será redundante vir a ser credenciado pelo poder público o que este mesmo instituiu, autorizou, mantém e supervisiona.

Assim, a Indicação e, conseqüentemente, a respectiva Deliberação deveriam contemplar que:

- a) as Secretarias de Educação do Estado e dos Municípios ficam credenciadas para a realização do exame final de conclusão de curso;

b) as instituições credenciadas pelo CEE para oferecerem cursos na modalidade de educação a distância, nos termos da Deliberação nº 11/98, ficam credenciadas para a realização deste exame, até o final do período autorizado.

Com a explicitação desta restrição, é que voto.

SP, 30/5/01.

Bahij Amin Aur
